



tem contribuído para que estudem mais; vii) percentagem idêntica entende que a avaliação praticada considera que todos os trabalho realizados pelos seus educandos são considerados para efeitos da avaliação; viii) uma grande maioria (93%) exprime o desejo de um reforço do uso de instrumentos e técnicas de avaliação para além dos testes escritos; Estes dados sinalizam que a maioria dos pais veem a avaliação como um dispositivo ao serviço do desenvolvimento pessoal, podendo, pois, ser uma porta para diversificar e enriquecer os processos de ensino, aprendizagem e avaliação.

**Palavras-chave // Keywords:** Avaliação Pedagógica; Pais; Mudança; Referencial

### V-SIETDH-14354

#### O Conselho Geral E A Deslegitimação Da Democracia Escolar

Adília Cruz - Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa

José Matias Alves - Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa

#### Resumo // Abstract:

O Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho apresenta-nos o Conselho Geral, como um órgão colegial e multifacetado na sua constituição, que poderá apresentar-se com dupla função: define as linhas orientadoras da atividade da escola e acompanha a sua implementação, e, por outro lado, controla e fiscaliza a atividade da escola, garantindo a sua legalidade e transparência. Pode constituir-se agregador dos polos diferenciadores de contrapoder ou, ao contrário, impulsionador de dinâmicas sinérgicas e articuladas de apoio ao desenvolvimento e inserção na comunidade dos respetivos Projetos Educativos, ou ainda, como palco em que os interesses pessoais ou partidários são defendidos em autênticas lutas pelo poder. Os membros do Conselho Geral são agentes políticos, no sentido em que exercem funções de carácter político e de representação de interesses na gestão e orientação das escolas, no âmbito da política educacional definida pelo Estado. No entanto os diversos atores no âmbito educacional, professores, pesquisadores, associações de pais e alunos, entre outros, apontam críticas à função do Conselho Geral em Portugal. Há quem defenda a necessidade de uma reforma deste órgão para melhorar o seu desempenho e a sua eficácia na promoção de uma educação de qualidade. Partindo de uma experiência vivida, como Presidente de uma Comissão Administrativa Provisória, num Agrupamento de Escolas no ano 2021/2022, pretendemos trazer à discussão e dar um contributo no sentido de se perceber como pode o Conselho Geral e, principalmente, o seu Presidente condicionar as dinâmicas de uma organização servindo-se de jogos de interesses internos e externos que podem não ter qualquer impacto na melhoria da escola e antes contribuir para a sua clausura e ruína institucional.

**Palavras-chave // Keywords:** Conselho Geral, Poder, Jogos de interesses